

INTRODUÇÃO

Os territórios que hoje fazem parte do Oriente boliviano, ao norte da região do Chaco, foram palco de encontros entre espanhóis e portugueses desde os séculos XVII e XVIII. Esses últimos, saindo quase sempre de São Paulo dirigiam-se para as missões jesuíticas de Chiquitos com a finalidade de alcançarem as famosas minas de Potosí e apressarem índios aldeados nas missões.

Tais ataques às missões jesuíticas com a finalidade de escravização dos indígenas tornaram-se frequentes na época colonial, chegando algumas incursões às cercanias de Santa Cruz de la Sierra.

Apesar da existência de nações indígenas aguerridas na região do Alto Paraguai, onde se encontravam os guaicurus, cavaleiros, e os paiaguas, exímios canoieiros, aquelas terras foram atravessadas pelos mamelucos em demanda do Alto Peru. É daquela época a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, que se tornou famosa.

Essas e outras expedições cessaram quando, mais tarde, ocorreu a descoberta das minas de Cuiabá, que se tornaram alvo das novas investidas.

No final do século XVII, os jesuítas espanhóis criaram a província de Chiquitos, aldeando vários povos que encontraram na região, onde fundaram os povoados de São Rafael, Santa Ana, São Tiago, São Domingos, Santo Coração, São José, São João e São Xavier. Mas em 1767, os missionários de Loyola foram expulsos e sua obra de civilização decaiu muito, pois os funcionários públicos que os substituíram na administração das missões não revelaram a mesma dedicação.

Os índios sofreram esbulhos frequentes sob os novos governantes e muitos deles abandonaram as missões, retirando-se para o interior selvagem. Ainda durante o século XVIII os espanhóis fizeram várias tentativas para estabelecer comunicações diretas e permanentes entre Assunção e Chiquitos, com a finalidade de ocupar toda a margem direita do rio Paraguai e daí afastar os portugueses. Não o conseguiram, porém, e seu intento ficou prejudicado de uma vez, após a fundação do presídio de Coimbra e do pórtico de Albuquerque, mais tarde chamado Corumbá.

Em 1777 foram criados os Governos Militares de Chiquitos e Mochos, subordinados à Audiência de La Plata, com a fundação do Vice-Reinado do Rio da Prata.

A situação das colônias espanholas na América iria sofrer completa mudança após a invasão da Espanha pelas forças napoleônicas, quando os governos locais passaram a ser dirigidos pelos patriotas sul-americanos. O final da autoridade espanhola foi selado com a vitória de Ayacucho, que libertou o Peru e determinou a ocupação das províncias do Alto Peru pelo exército de Antonio José de Sucre.

A "ANEXAÇÃO" DE CHIQUITOS

No início do século XIX a província de Chiquitos vivia adormecida sob o governo dos militares e religiosos seculares que haviam substituído os jesuítas. Sua população atingia pouco mais de 20.000 índios catequizados nas antigas missões, e o número de brancos e mestiços era pequeno. Como o Oriente boliviano era uma região excessivamente povoada, e ainda sujeita aos rigores do clima, quase nada representava em termos econômicos, não podendo competir com as cidades do altiplano.

Porém, as missões de Chiquitos não exigiam de seus índios o trabalho forçado que era característico das outras regiões do Alto Peru. Quando se iniciaram as lutas pela libertação da América espanhola, Chiquitos permaneceu em calma, pois os centros revolucionários ficavam distantes da província. Por outro lado, a fronteira contígua ao Brasil servia para asilar alguns perseguidos, que se homiziavam na província de Mato Grosso.

Em 1823 os boatos chegaram a levantar a possibilidade de invasão de Mato Grosso por soldados espanhóis que teriam partido do Alto Peru. No ano seguinte, a administração do Rio de Janeiro mandou que o Governo Provincial tomasse as devidas providências para a possibilidade de uma invasão portuguesa em Mato Grosso, vinda através da América espanhola.

Havia um clima generalizado de desconfiança, pois a Santa Aliança defendia a tese da legitimidade, que já tinha sido aplicada na Europa em algumas oportunidades, enquanto a Espanha e Portugal desejavam abertamente reconquistar suas possessões americanas. Por outro lado, o Libertador Simão Bolívar suspeitava que o Império do Brasil pudesse facilitar o rei da Espanha na retomada das suas antigas colônias, por ser a única monarquia no continente.

No início de 1825 as províncias do Alto Peru se sublevaram uma após outra, ao tomarem conhecimento da derrota dos realistas em Ayacucho. Depois que a nova ordem política fôra aceita em Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, a notícia de tais acontecimentos chegou à afastada província de Chiquitos, em março daquele ano.

Governava Chiquitos desde 1820, Sebastião Ramos, um coronel da Cavalaria membro de uma família tradicional de Santa Cruz. Desde 1824, enquanto

Um episódio na história diplomática do Brasil

Sérgio Affonso Del Caro
Prof. Adjunto do Depto de História - CF
(aposentado)

os exércitos libertadores destruíam a autoridade espanhola na América do Sul, o governador realista de Chiquitos, anteendo a necessidade de proteção militar para sua província, desenvolveu esforços no sentido de obtê-la na vizinha província de Mato Grosso, junto ao seu amigo Manuel Veloso Rebelo e Vasconcelos, então Comandante das Armas (chefe militar) e membro do Governo Provisório daquela parte do Império.

Sebastião Ramos garantiu que os espanhóis mais tarde indenizariam o Brasil dos gastos feitos na defesa de Chiquitos, e lembrou que a presença militar dos brasileiros na sua província serviria para proteger Mato Grosso de qualquer ataque dos republicanos hispano-americanos.

Apesar do interesse demonstrado por Rebelo e Vasconcelos, o Governo Provisório não aceitou as propostas de Ramos, e enquanto aguardava orientação do Rio de Janeiro ordenou a Rebelo e Vasconcelos que guarnecesse as fronteiras.

Depois de ayacucho tornou-se evidente que o domínio espanhol chegara ao fim, e com isso as autoridades realistas do Alto Peru foram se submetendo ao general Sucre, chefe do Exército Libertador Unido. Entretanto, um dos generais realistas, Pedro Antonio de Olañeta, inconformado monarquista e fiel a Fernando VII, tentou a resistência.

Pressionado pela vitória republicana, pelo naufrágio dos seus princípios legitimistas e não se dispondo a abandonar seu mando, o governador Ramos tentou uma jogada política arriscada: A 13 de março de 1825 expediu um comunicado ao general Sucre no qual dizia que a província de Chiquitos aceitara "a Independência que Vossa Excelência, induzido pelo Ser Supremo, havia implantado neste vasto continente pelo bem da humanidade, libertando-nos da opressão em que sofremos sob o jugo tirânico dos peninsulares". (*)

O governador desejava, na realidade, preservar a autoridade do rei da Espanha, e sua adesão à independência não passava de uma medida visando ganhar tempo. Enquanto assim procedia, Sebastião Ramos voltava-se para o vizinho Mato Grosso em busca de ajuda, pois ele e muitos outros consideravam o Império do Brasil um aliado natural do legitimismo.

Em 20 de março Ramos mandou seu ajudante de ordens, o tenente-coronel José Maria Velasco, para a cidade de Mato Grosso, capital da província, com a tarefa de entabular negociações para colocar Chiquitos sob a proteção do Império. Ramos explicou tal atitude aos subordinados afirmando que de Santa Cruz de la Sierra os revolucionários haviam despachado uma força armada para aprisioná-lo, e antes de vir a província entregue aos mesmos, aos quais taxou de poder "demagogo, inimigo do trono e do altar", era preferível unir Chiquitos ao Brasil.

A união só foi aceita pelas autoridades de Mato Grosso devido a um problema local, entre as cidades de Mato Grosso (antiga Vila Bela) e Cuiabá.

Fundada às margens do rio Itenez (Guaporé) na metade do século XVIII, Vila Bela fora desde então centro administrativo da capitania de Mato Grosso. Mas desde o final daquele século, sua população vinha diminuindo e suas atividades econômicas estavam perdendo vigor por causa da exaustão dos filões de ouro. Mesmo a insalubridade do lugar contribuía para as doenças que atacavam a população. Após a morte de dois governadores, seus sucessores preferiram residir em Cuiabá, que estava no centro econômico e natural da capitania.

Entretanto, proclamada a independência por D. Pedro I, os cidadãos de Cuiabá e Mato Grosso (Vila Bela fora elevada à categoria de cidade e recebera nova denominação) elegeram seus próprios governos, cada qual passando a se considerar capital da nova província. Essa situação perdurou algum tempo, até que o imperador resolveu o assunto determinando a dissolução das duas Juntas Governativas, e ordenando a eleição de uma Junta para toda a província com sede na cidade de Mato Grosso.

Em agosto de 1823 a nova Junta Governativa foi oficialmente instalada, mas somente quatro dos seus membros residiam na capital; dos outros três, um morava na vila de Poconé, e dois em Cuiabá.

Apesar disso, no início de 1824 D. Pedro I decretou que o presidente da província de Mato Grosso, recém-nomeado, deveria tomar posse em Cuiabá, onde exerceria o governo até que fôssem tomadas medidas para a construção de uma capital que atendesse às conveniências das duas cidades. Os moradores de Mato Grosso viram que sua cidade estava perdendo os predicados de capital, e isso foi determinante para que aceitassem a proposta de anexação de Chiquitos, com que esperavam manter-se donos das iniciativas políticas.

Quando José Maria Velasco apresentou a proposta de incorporação de Chiquitos ao Império, só encontrou três membros do governo provisório em Mato Grosso, todos residentes naquela cidade, enquanto os demais se achavam fora. Hesitantes a princípio, foram pressionados por Sebastião Ramos para que aceitassem o oferecimento, em vista do que convocaram uma reunião geral da Câmara Municipal, com a presença dos homens bons, os mais importantes do lugar, e das autoridades militares, civis e eclesiásticas.

(*) Sechinger, Ron L. - "O incidente de Chiquitos...", in Revista do I.H.G.B., vol. 313, p. 237.

Apenas três pessoas não concordaram com a anexação de Chiquitos, alegando que o governo do Rio de Janeiro devia ser consultado antes de qualquer ação.

Como resultado da aprovação da proposta do governador de Chiquitos, ficou estabelecido que aquela província estava "sob a proteção de Sua Magestade Imperial até que seja libertada a América dos revolucionários Bolívar e Sucre e seja reconquistada por Sua Magestade Católica" (*) ou alguém em seu nome. Quanto aos funcionários e padres de Chiquitos, se resolveu que seus ordenados seriam pagos como de costume, em frutos da província, o que demonstrava a pequena quantidade de dinheiro em circulação no território de Chiquitos; o imperador seria dono das "temporalidades", e os habitantes da província teriam o direito de dirigir-se a Mato Grosso livremente (e vice-versa), mas não poderiam viajar ao território ocupado pelos revolucionários.

Em 24 de abril de 1825 em Santa Ana, capital da Província, se fez a proclamação e solene juramento do imperador, considerando-se Chiquitos anexada a Mato Grosso com o nome de Província Unida de Mato Grosso. Reproduzimos abaixo o documento da proclamação:

"Neste povoado de Santa Ana, aos 24 dias do mês de abril do ano 1825. Juntos e congregados na sala consistorial os senhores oficiais de sua Magestade Católica de dita Província, cura-pároco e municipal, sendo precedida pelo Sr. D. Sebastião Ramos, coronel de cavalaria dos reais exércitos, governador político e capitão geral delas, e indivíduos a saber: o Sr. Tenente-coronel de cavalaria dos exércitos, D. José Maria Velasco; capitão D. Antônio Manuel de Frias; D. José Mosa; tenente D. Hermenegildo Megia; alferes D. Vicente Camberos, D. Lucas Mercado e demais que abaixo subscrevem. Tendo trazido à vista a capitulação feita a 28 de março deste ano, no palácio do Governo da cidade de Mato Grosso, ratificada solenemente por ambos, e execução dos 10 artigos dela, de unânime consentimento disseram que, conforme à expressada capitulação se proclame, reconheça e jure por soberano ao Sr. D. Pedro I, sempre augusto protetor do Brasil e desta província, cuja execução se faça neste mesmo dia com missa de graças, Te Deum, repiques de sinos com vivas correspondentes iluminação neste povoado por três dias, salvas do costume e demais que demonstrem o júbilo e alegria de tão solene ato; que pelo respectivo aos dez povos e missões de sua compreensão, se tomem as providências necessárias para igual caso, e que da presente, tirando -se duas cópias com a primeira, respectivo informe dê conta de súditos de Sua Magestade Imperial, oferecendo-lhe a adjunta homenagem de seus novos vassalos, com a segunda ao Exmo. Governo da Província Unida, e o original arquivado para constância em todo tempo assim o disseram e firmaram em dito dia, mês e ano, ante mim, o encarregado da secretaria do governo, José Morón. (**)

Poucos dias antes o general Sucre havia endereçado carta ao governador Ramos louvando-o pelo "precioso dever de bom americano. Agradeço-lhe em nome do Exército Libertador, por ter-se juntado às suas fileiras e desejo recompensá-lo de fato pelo serviço prestado: não tenho dúvida de que se esforçará em manter os povos que chefiava submissos à legítima obediência, impedindo qualquer forma de desordem". (***)

Em Mato Grosso o governo da "Província Unida" determinou ao comandante Rebelo e Vasconcelos que destacasse uma força armada para ocupar Chiquitos em nome do imperador. Cerca de 60 soldados para lá se dirigiram sob a chefia do capitão Manuel José Araujo e Silva, ao tempo em que se recrutavam reforços em Cuiabá para a guarnição da cidade de Mato Grosso. Explicando-se perante o governo imperial, as autoridades lembraram as vantagens que teriam com a anexação de Chiquitos, onde pretendiam se abastecer de sal e cêra. Além disso, pensavam que o novo território serviria como escudo protetor no caso de algum ataque dos revolucionários a Mato Grosso.

Enquanto se verificavam tais acontecimentos, cerca de vinte soldados haviam se recusado a aceitar o plano de entrega de Chiquitos ao Império do Brasil, e haviam se retirado para Santa Cruz de la Sierra. Avisado do que se passava em Chiquitos o presidente do Departamento de Santa Cruz, coronel José Videla, comunicou o ocorrido ao general Sucre a quem pediu reforços militares.

Duas centenas de soldados logo foram despachados de Chuquisaca por Sucre, que recomendou a Videla que exigisse do destacamento imperial a desocupação do território do Alto Peru, mas que agisse de modo pacífico para evitar choques desnecessários.

A 26 de abril o comandante brasileiro Araujo e Silva mandou uma nota ao "ilustre Senhor Chefe das Armas em Santa Cruz" com uma cópia ao general Sucre, na qual participava a incorporação de Chiquitos a Mato Grosso e que em resultado deveria cessar qualquer ataque, advertindo os revolucionários de que estavam proibidos de pisar um só palmo da província agora pertencente ao Império,

(*) Machicado, H. Vazquez - "La invasion brasilera a Chiquitos y la diplomacia argentina", p. 3.

(**) Mello, Arnaldo Vieira de - "Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata", p. 50.

(***) Sechinger, R.L. - obra citada, p. 241.

"assegurando-lhe minha certeza de que, faltando a boa ordem, passarei a destruir toda essa tropa sob o seu comando, e igualmente essa cidade de Santa Cruz, apenas deixando dela fragmentos do que foi, para memória da posteridade". (') Ameaças que Araujo e Silva pensava executar com 60 soldados...

Essa nota enfureceu o general Sucre, retrucando aos brasileiros que o governador Ramos não tinha autoridade para entregar sua província ao Império, e terminou advertindo que havia ordenado ao comandante de Santa Cruz de la Sierra "que se os senhores não se retirarem imediatamente da província de Chiquitos, marche contra os senhores e não se satisfaça em libertar nossas fronteiras, mas penetre no território que se declarou nosso inimigo, levando a desolação, a morte e o terror a fim de vingar nosso país e retaliar a nota insolente e a guerra cruel com que fomos ameaçados."(")

Sucre tomou algumas medidas visando a uma guerra que súbito lhe parecia inevitável contra o Brasil. Despachou imediatamente alguns reforços para Santa Cruz, elevando sua guarnição a 400 homens, pedindo às autoridades de Potosí que lhe enviassem canhões e munições. Ordenou a José Videla que promovesse a desordem em Mato Grosso através de agentes, recomendando a criação de guerrilhas em Chiquitos contra os brasileiros e determinando o reforço militar na província de Mochos para impedir nova invasão do Alto Peru.

Videla e o bispo de Santa Cruz foram orientados por Sucre no sentido de ministrarem um bom tratamento aos índios da região, aos quais prometeu o fim dos impostos e demais obrigações, acenando-lhes com uma liberdade completa. Agindo assim, Sucre acreditava poder conquistar o povo contra "esses portugueses, infinitamente mais bárbaros e degradados que os espanhóis".

A situação criada com a anexação de Chiquitos iria sofrer uma reviravolta quando Constantino Ribeiro da Fonseca, um dos membros do Governo Provisório, retornou a Mato Grosso, reclamando contra a decisão adotada na sua ausência. Fonseca pressionou e conseguiu que no dia seguinte, 11 de maio, fosse reunido o colegiado de governo, alegando que a anexação era contrária às leis do Império, e que se havia invadido as atribuições do Governo central ao se intrometerem em política externa, conseguindo assim anular o acordo com Sebastião Ramos. Uma reunião geral dos habitantes da cidade de Mato Grosso aprovou a anulação a 13 de maio, e no dia 21 do mesmo mês o padre Manuel Alves da Cunha, presidente do Governo Provisório ao retornar à cidade, de onde passara algum tempo afastado, também desaprovou o ato de anexação. Em consequência, o destacamento militar que invadira Chiquitos recebeu ordem de voltar a Mato Grosso com recomendação expressa de observar "a mais exata disciplina e o mais escrupuloso desinteresse" durante sua retirada.

Assim, foi espontânea a atitude dos mato-grossenses, agindo sem determinações do governo do Rio de Janeiro ao anexarem um território estrangeiro, como também ao anularem tal ato.

O "Diário Fluminense", órgão ligado ao governo, publicou em sua edição de 6 de agosto de 1825 uma nota da Repartição dos Negócios Estrangeiros acusando o recebimento do ofício de 15 de abril daquele ano, no qual o governo de Mato Grosso comunicava a incorporação de Chiquitos, terminando com as seguintes palavras: "Manda sua Magestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros estranhar ao Governo (de Mato Grosso) a deliberação que tomara, não só de aceitar a reunião da Província de Chiquitos, como fazer sair tropa brasileira dos limites do Império para a proteger: tanto mais que, ainda quando S. M. Imperial fôsse consultado previamente, como convinha, jamais daria o seu imperial assenso a essa medida, por ser oposta aos generosos, e liberais princípios em que o mesmo Augusto Senhor firma a política do seu Gabinete e a sua intenção de não intervir na contenda atual dos habitantes da América Espanhola, entre si, ou com a Metrópole"..."(")

O mesmo jornal, em sua edição de 16 de agosto, publicou uma portaria do Ministro do Império comunicando o recebimento do ofício do governo de Mato Grosso datado de 30 de abril, e acompanhado de outro ofício do governador de Chiquitos com a cópia da ata de reunião dessa província ao Império do Brasil.

Novamente repudiando a anexação, D. Pedro I "manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, desaprová-la, e declarar absolutamente nulo o referido ato, e participar novamente ao Governo, que lhe tem sido por extremo desagradável, que êle ousasse transpor os limites de suas atribuições, por ignorar que este negócio é por sua natureza competência exclusiva do soberano"...e como a Câmara da cidade de Mato Grosso, por se ter ingerido a aprovar aquela inconsiderada deliberação, incorreu também no desagrado do mesmo Augusto Senhor"..."(")

(') Machicado, H. V. - obra cit., p. 4

(") Sechinger, R.L. - ob. cit., p. 244.

("") Transcrição de texto datilografado.

("") Mello, A. V. de - ob. cit., p. 84.

Como se verifica mais uma vez, o Governo Imperial não teve qualquer participação no episódio da anexação de Chiquitos, tendo D. Pedro I desautorizado o ato. Tudo se passou dentro do localismo provincial, mesmo porque ao Império não interessavam novos atritos com os hispano-americanos desde que as relações do Brasil com as Províncias Unidas do Rio da Prata se achavam tensas acerca da Província Cisplatina, a qual D. Pedro I queria conservar, e que Buenos Aires desejava reaver.

No início dos acontecimentos o general Sucre notificara Bolívar do que sucedera em Chiquitos, adiantando sua crença de que a invasão brasileira se havia realizado por obra de autoridades locais. Na realidade, Sucre não acreditava que a Corte do Rio de Janeiro houvesse tido alguma participação no caso, mas, conforme declarou ao Libertador, estava resolvido a marchar contra o Império caso êle assim o ordenasse.

Nem mesmo Bolívar desejava uma guerra contra o Brasil, pois quando respondeu a Sucre, lhe recomendou que agisse com a devida cautela. Apesar da sua desconfiança contra o regime dos Braganças, Bolívar achava arriscado lançar-se numa guerra ao Império, pois sabia que a Inglaterra ficaria ao lado do Brasil, e ainda, que a Santa Aliança acusaria os revolucionários Hispano-americanos de quererem suprimir a única monarquia na América. Disso talvez a Espanha pudesse se aproveitar para tentar reconquistar suas ex-colônias.

O fato é que Bolívar ordenou a Sucre a retomada de Chiquitos por meios pacíficos, só usando a força em último caso e, mesmo assim, só utilizando soldados peruanos para não envolver a República da Grã-Colômbia no caso.

Por outro lado, o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata preparava-se para discutir com Bolívar a futura situação política do Alto Peru, antigo território do Vice-Reinado do Prata que os revolucionários de Bolívar queriam anexar à nova República do Peru. Avisado por Sucre da invasão brasileira em Chiquitos, o governo de Buenos Aires deu instruções a seus representantes para concertarem uma aliança das Repúblicas americanas contra o Império.

Entretanto, Bolívar que era presidente da Grã-Colômbia e detinha o Mando Supremo do Peru, alegou aos portenhos que não podia dispor livremente dos soldados colombianos e peruanos para uma guerra externa porque, segundo êle, essa autoridade cabia aos governos daqueles países.

Na verdade, Bolívar não queria se arriscar numa aventura contra o Brasil, pelos motivos já expostos; além do mais estava magoado com os líderes de Buenos Aires pelo desinteresse que êstes demonstraram durante as lutas pela libertação da América do Sul. E Francisco de Paula Santander, vice-presidente da Grã-Colômbia, opôs-se decididamente a qualquer idéia de levar a guerra ao Brasil.

O que seria difícil, visto que as pesadas chuvas da estação haviam inundado a região de Chiquitos, e destruído os caminhos que ligavam aquela província a Santa Cruz de la Sierra. Assim, quando as tropas de Sucre ficaram prontas para reocupar Chiquitos, os brasileiros já tinham voltado a Mato Grosso.

Entretanto, Sucre não queria esquecer o caso de Chiquitos enquanto não resolvesse satisfatoriamente outra questão. É que ao retornarem os brasileiros para Mato Grosso, foram acompanhados pelo governador Sebastião Ramos, seu ajudante Velasco e alguns oficiais realistas. Também levaram consigo cerca de 600 índios das antigas missões.

Quando da retirada não se esqueceram de levar cavalos e aproximadamente 1.200 cabeças de gado, retiradas dos povoados de Santa Ana e São Rafael. É o que provocou a indignação maior das autoridades de Santa Cruz de la Sierra, foi a pilhagem das igrejas das missões, de onde Ramos e os seus levaram os objetos de prata que conseguiram pegar.

Quando o coronel José Videla pediu a devolução dos bens roubados, o governo de Mato Grosso respondeu por ofício de 12 de julho de 1825, dizendo que iria fazer uma sindicância a respeito, mas garantiu que os objetos e o gado tinham sido levados pelos próprios emigrados. Ramos, sentindo-se amparado na sua amizade a Rebelo e Vasconcelos, resistiu à idéia de devolução do que trouxera.

Em setembro de 1825 o presidente José Saturnino da Costa Pereira chegou afinal a Mato Grosso e se empossou no cargo, decidido a pôr fim ao desentendimento entre os dois países. Compreendendo que a questão era puramente local e podia evoluir para algo muito mais grave, decidiu adotar todas as medidas ao seu alcance para resolver o problema.

Logo no mês seguinte, ao receber uma reclamação de Videla, providenciou o repatriamento de uma parte dos índios. Quando soube de uma concentração de tropas em Santa Cruz e Chiquitos, demitiu o amigo de Ramos, Rebelo e Vasconcelos, do cargo de Comandante das Armas. Apresentando essa medida como apaziguamento comunicou-a a Videla, remetendo-lhe as cópias dos documentos imperiais que haviam desaprovado a anexação de Chiquitos.

Até o final do ano Ramos, pressionado pelo presidente da província, devolveu pelo menos uma parte do gado e da prataria das igrejas. Também cerca de 100 a 200 índios já haviam retornado às missões.

A devolução dos bens roubados continuou a ser feita à medida que iam

sendo encontrados pelas autoridades de Mato Grosso, até que em meados de 1826 os bolivianos se deram por satisfeitos.

CONCLUSÃO

Como ficou evidenciado, o episódio de Chiquitos decorreu de circunstâncias puramente locais, não chegando a atingir as relações entre o Brasil e o nascente Estado boliviano. É verdade, porém, que algum mal-estar reinante entre o Império e as Repúblicas hispano-americanas tinha origem nas desavenças e conflitos entre portugueses e espanhóis durante a época colonial.

Entretanto, em 1825 a política exterior do Império se achava ocupada com o reconhecimento da independência brasileira e com a questão da Cisplatina, não lhe interessando portanto um problema que pudesse opôr as Repúblicas sul-americanas contra o Brasil, nos confins de suas fronteiras.

Também ficou evidente a desconfiança de Bolívar em relação à monarquia brasileira, à qual considerava uma planta exótica em terras americanas.

Nas negociações com a delegação argentina, o Libertador chegou a propôr a guerra contra o Império, desde que as Províncias Unidas reconhecessem a República de Bolívar como Estado independente. Mas êle, por outro lado, também desconfiava dos políticos de Buenos Aires e sabia que uma guerra entre os sul-americanos sómente iria enfraquecer os novos Estados em favor, talvez, dos princípios defendidos pela Santa Aliança. E Bolívar sentia claramente que a proteção do ministro Canning seria dada ao Brasil em caso de conflito. Além disso, seu vice-presidente Santander era radical inimigo da idéia de guerra ao Império.

Quanto a Sucre acabou se devotando à fundação de uma nação soberana nas terras do Alto Peru, tornando-se presidente da nova República de Bolívar por insistência do Libertador. Preocupado com os problemas internos da Bolívia, Sucre terminou se desinteressando por qualquer conflito com o Brasil, pois na realidade não sentia qualquer problema realmente grave que pudesse opôr seu Estado ao Império.

E em 1826 as atenções de Sucre tiveram que se voltar para a questão de Tarija, com os argentinos, o que dissipou as últimas dúvidas do general-presidente em relação ao episódio de Chiquitos.

Afinal, resta lembrar o papel importante desempenhado pelo presidente de Mato Grosso, José Saturnino da Costa Pereira, tomando diversas medidas com o fito de apaziguar as autoridades bolivianas, antes mesmo que tal orientação lhe chegasse da Corte do Rio de Janeiro.

Dêsse modo, o episódio da invasão de Chiquitos ficou confinado à esfera dos interesses locais.

BIBLIOGRAFIA:

- MELLO, Arnaldo Vieira de - **Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata**, Gráfica Olímpica Editôra, Rio de Janeiro, 1963.
- MACHICADO, Humberto Vazquez - **La invasion brasileira a Chiquitos y la diplomacia argentina de 1825**, texto datilografado, La Paz, 1937.
- SECHINGER, Ron L. - **O incidente de Chiquitos: uma crise abortada nas relações entre o Brasil e a Bolívia**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 313, Rio de Janeiro, 1976.
- **As Juntas Governativas e a Independência**, vol. III, Conselho Federal de Cultura/Arquivo Nacional, RJ, 1973
- Rio Branco, Barão do - **Efemérides Brasileiras**, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1946.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer - **Caminho de Chiquitos às missões guaranis**, in Coleção da Revista de História, São Paulo, 1960.